



Estratégia
Carreira Jurídica

SIMULADO PÓS-EDITAL
TJSC CARTÓRIOS



Simulado Especial

Simulado Cartórios TJSC

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do Cartórios TJSC;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-08-08>

01 – A B C D E	21 – A B C D E	41 – A B C D E	61 – A B C D E	81 – A B C D E
02 – A B C D E	22 – A B C D E	42 – A B C D E	62 – A B C D E	82 – A B C D E
03 – A B C D E	23 – A B C D E	43 – A B C D E	63 – A B C D E	83 – A B C D E
04 – A B C D E	24 – A B C D E	44 – A B C D E	64 – A B C D E	84 – A B C D E
05 – A B C D E	25 – A B C D E	45 – A B C D E	65 – A B C D E	85 – A B C D E
06 – A B C D E	26 – A B C D E	46 – A B C D E	66 – A B C D E	86 – A B C D E
07 – A B C D E	27 – A B C D E	47 – A B C D E	67 – A B C D E	87 – A B C D E
08 – A B C D E	28 – A B C D E	48 – A B C D E	68 – A B C D E	88 – A B C D E
09 – A B C D E	29 – A B C D E	49 – A B C D E	69 – A B C D E	89 – A B C D E
10 – A B C D E	30 – A B C D E	50 – A B C D E	70 – A B C D E	90 – A B C D E
11 – A B C D E	31 – A B C D E	51 – A B C D E	71 – A B C D E	91 – A B C D E
12 – A B C D E	32 – A B C D E	52 – A B C D E	72 – A B C D E	92 – A B C D E
13 – A B C D E	33 – A B C D E	53 – A B C D E	73 – A B C D E	93 – A B C D E
14 – A B C D E	34 – A B C D E	54 – A B C D E	74 – A B C D E	94 – A B C D E
15 – A B C D E	35 – A B C D E	55 – A B C D E	75 – A B C D E	95 – A B C D E
16 – A B C D E	36 – A B C D E	56 – A B C D E	76 – A B C D E	96 – A B C D E
17 – A B C D E	37 – A B C D E	57 – A B C D E	77 – A B C D E	97 – A B C D E
18 – A B C D E	38 – A B C D E	58 – A B C D E	78 – A B C D E	98 – A B C D E
19 – A B C D E	39 – A B C D E	59 – A B C D E	79 – A B C D E	99 – A B C D E
20 – A B C D E	40 – A B C D E	60 – A B C D E	80 – A B C D E	100 – A B C D E

TEORIA GERAL DOS ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS

Juliana Chevônica

01. Com base no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina a respeito da estrutura da serventia extrajudicial, marque a alternativa incorreta.

- a) Apenas o 1º ofício de registros civis das pessoas naturais de cada comarca ostentará a denominação de registro de interdições e tutelas.
- b) As escriturarias de paz poderão adotar, logo abaixo da identificação oficial, os dizeres “*Tabelionato de Notas e Registro Civil das Pessoas Naturais*”.
- c) Fica vedada a adoção de nome fantasia, sendo permitido, porém, criação de logomarca, e pode constar, em menor destaque e logo abaixo da identificação da serventia, o nome do notário ou oficial de registro e as atribuições legais.
- d) As denominações poderão ser agrupadas e deverão estar acompanhadas da indicação da comarca, da circunscrição, do município, do distrito e do subdistrito, dependendo do caso.
- e) A regra de identificação é extensiva aos materiais de expediente da serventia e à página da internet.

02. Dispõe o art. 437 do Código de Normas do TJSC: “Será mantido em local destacado, de fácil acesso e ampla visibilidade ao público, um mural, físico ou eletrônico, em que conste...”, seguido de um rol de exigências. Não compõe o rol:

- a) a tabela de emolumentos dos atos ali praticados.
- b) o número de telefone da ouvidoria do TJSC, para o recebimento de dúvidas, críticas, elogios ou sugestões
- c) a relação dos atos gratuitos ou com redução de valores.
- d) a indicação de serviço próprio de ouvidoria ou atendimento pessoal para o recebimento de dúvidas, críticas, elogios ou sugestões.
- e) o nome do delegatário e dos funcionários, com suas respectivas funções.

03. Acerca dos prepostos e substitutos e funcionários, tomando como base o Código de Normas do TJSC, assinale a alternativa incorreta:

- a) Em cada serviço notarial ou de registro haverá tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, a critério de cada notário ou oficial de registro.
- b) Os nomes dos prepostos que exercem as funções de escreventes substitutos ou substitutos legais devem ser informados nos assentos da serventia, por meio do Sistema de Cadastro do Extrajudicial.
- c) O auxiliar desempenhará atividades de apoio técnico, vedado o exercício de funções reservadas a delegatário ou escrevente.
- d) As incompatibilidades e impedimentos indicados na Lei 8.935/1994 estendem-se aos prepostos da serventia.
- e) Na absoluta impossibilidade de designação imediata de escrevente substituto para prática de ato privativo do delegatário, deverá este, requerer ao juiz diretor do foro que indique um *ad hoc*.

04. De acordo com as normas aplicáveis às serventias extrajudiciais, é correto afirmar:

- a) O banco de dados não é parte integrante do acervo, mas apenas uma forma de *backup*.
- b) O mobiliário não compõe o acervo.
- c) As informações solicitadas pelos órgãos judiciários ligados à esfera extrajudicial deverão ser atendidas pelo delegatário ou por seu substituto legal, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, quando outro não for estipulado.
- d) Os expedientes recebidos devem ter seus originais arquivados em pasta própria, exceto se em meio eletrônico.
- e) O acervo deverá ser organizado de modo a facilitar a pronta localização de documentos.

05. Sobre emolumentos, é incorreto afirmar:

- a) Devem estar expostos em tabela, afixados e local visível de fácil leitura.
- b) São fixados pelos Estados e Distrito Federal.
- c) Os delegatários têm direito à percepção integral pelos atos praticados na serventia.
- d) São classificados como tarifa.
- e) O reajuste deve ser feito por lei.

06. A respeito dos notários e registradores, é incorreto afirmar:

- a) Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.
- b) Aos tabeliões de notas compete com exclusividade a lavratura de atas notariais.
- c) O exercício da atividade notarial e de registro é incompatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou o de qualquer cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão.
- d) Os notários e oficiais de registro gozam de independência no exercício de suas atribuições, têm direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia e só perderão a delegação nas hipóteses previstas em lei.
- e) São direitos do notário e do registrador: exercer opção, nos casos de desmembramento e desdobramento de sua serventia e encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados.

07. Não é um livro obrigatório:

- a) Livro de visitas e correições.
- b) Diário auxiliar da receita e da despesa.
- c) O que a legislação específica determinar.
- d) Livro de protocolo
- e) Livro de controle de depósito prévio.

08. Sobre a figura do interino, é incorreto afirmar.

- a) Declarada a vacância da serventia, a Corregedoria-Geral da Justiça designará como interino quem exerce há mais tempo a função de escrevente substituto, ainda que não seja o substituto legal.
- b) Não poderá ser designado interino: cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, seja por consanguinidade ou afinidade, de delegatário, interventor ou interino da mesma comarca.
- c) Não poderá ser designado interino: cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, seja por consanguinidade ou afinidade, de magistrado do Poder Judiciário do Estado.
- d) Seus rendimentos correspondem a 50% da receita líquida da serventia, de forma que não se limitam ao teto constitucional, uma vez que exercem, ainda que temporariamente, uma função delegada a pessoa física, conforme indica o *caput* do art. 236 da Constituição Federal.
- e) Não pode ser designado inteiro o condenado por crime eleitoral para o qual a lei comina pena privativa de liberdade.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

Paloma Schwab

09. Joana procurou a Serventia Y munida de sua certidão de nascimento e identidade social para fazer a alteração de seu nome e gênero para João do sexo masculino. Além do mais, requereu a alteração de seu nome no registro de nascimento de seu filho, menor de idade. Ocorre que, o Registrador, ao verificar que a mesma possuía ação de mesma natureza em andamento, além de outra ação cível em andamento e constatando que o assento não constava em sua Serventia, recusou o pedido de alteração. Diante do caso narrado e de acordo com as regras constantes no Provimento 73/2018-CNJ, é correto o procedimento constante na assertiva:

- a) O fato de a registrada apresentar apenas certidão de nascimento e identidade social bastaria para que o titular encaminhasse o requerimento à cidade de origem do seu nascimento.

- b) O fato de a registrada possuir ação em andamento tanto de mesma natureza quanto de outra natureza, obsta o encaminhamento do requerimento à cidade de origem, estando correta a recusa do titular.
- c) Está correta a atitude do titular pelo fato de se fazer necessária a apresentação dos seguintes documentos: certidão de nascimento atualizada, certidão de casamento atualizada, se for o caso, cópia do registro geral de identidade (RG), cópia da identificação civil nacional (ICN), se for o caso, cópia do passaporte brasileiro, cópia do cadastro de pessoa física (CPF) no Ministério da Fazenda, cópia do título de eleitor, cópia de carteira de identidade social, comprovante de endereço, certidão do distribuidor cível do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal), certidão do distribuidor criminal do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal), certidão de execução criminal do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal), certidão dos tabelionatos de protestos do local de residência dos últimos cinco anos, certidão da Justiça Eleitoral do local de residência dos últimos cinco anos e certidão da Justiça do Trabalho do local de residência dos últimos cinco anos. Entretanto, incorreta está a recusa pelo fato de a registrada possuir ações em andamento, inclusive de mesma natureza.
- d) A registrada poderá requerer em Serventia diversa da que lavrou seu nascimento o pedido de alteração de seu nome e gênero, apresentando os seguintes documentos: certidão de nascimento atualizada, certidão de casamento atualizada, se for o caso, cópia do registro geral de identidade (RG), cópia da identificação civil nacional (ICN), se for o caso, cópia do passaporte brasileiro, cópia do cadastro de pessoa física (CPF) no Ministério da Fazenda, cópia do título de eleitor, cópia de carteira de identidade social, comprovante de endereço, certidão do distribuidor cível do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal), certidão do distribuidor criminal do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal), certidão de execução criminal do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal), certidão dos tabelionatos de protestos do local de residência dos últimos cinco anos, certidão da Justiça Eleitoral do local de residência dos últimos cinco anos e certidão da Justiça do Trabalho do local de residência dos últimos cinco

anos. O fato de possuir ação de mesma natureza em andamento obsta a alteração, contudo, comprovada o arquivamento do feito judicial, poderá ser realizada a alteração. Demais ações em andamento, não obstam a alteração, entretanto, caberá ao titular comunicar o respectivo órgão judiciário ou ente a alteração.

e) A alteração do nome da registrada no nascimento do filho menor poderá ocorrer sem necessidade anuência da outra responsável pelo menor.

10. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório. Assim, a respeito das regras para o registro do nascimento conforme Lei 6.015/1973 e Código de Normas Estadual é incorreto afirmar:

a) Não constituem motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo: equívocos ou divergências que comprometam a identificação da mãe e do pai e divergência parcial entre o nome do recém-nascido constante da declaração e o escolhido em manifestação perante o registrador no momento do registro.

b) No caso de ter a criança nascido morta, será o registro feito no livro "C Auxiliar" e no caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, serão feitos os dois assentos, o de nascimento e o de óbito.

c) No assento e na certidão a ser fornecida, é vedado fazer qualquer indicação quanto ao estado civil e eventual parentesco dos pais, ou mesmo sobre a natureza ou ordem de filiação do registrando.

d) Para todo registro de nascimento é obrigatória a utilização da DNV, assim, os nascimentos frutos de partos sem assistência de profissionais da saúde ou parteiras tradicionais, a Declaração de Nascido Vivo será emitida pelos Oficiais de Registro Civil que lavrarem o registro de nascimento.

e) Ao prenome poderão ser acrescidos os matronímicos ou patronímicos dos pais, ou ambos, obedecida a ordem indicada pelo declarante para a composição do sobrenome. Entretanto, quando o declarante não

indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e na falta, o da mãe, se forem conhecidos.

11. O traslado de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros em país estrangeiro, tomados por autoridade consular brasileira, nos termos do regulamento consular, ou por autoridade estrangeira competente, a que se refere o caput do art. 32 da Lei nº 6.015/1973, será efetuado:

- a) No livro próprio de cada ato (A, B ou C), sendo competente qualquer Registro Civil das Pessoas Naturais, após autorização judicial.
- b) No livro E, podendo ser realizado no 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca do domicílio do interessado ou o 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito Federal, a critério do requerente.
- c) No livro próprio de cada ato (A, B ou C), sendo competente o 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca do domicílio do interessado ou do 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito Federal, sendo esse último, somente competente na falta de domicílio no Brasil.
- d) No livro E, sendo competente o 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca do domicílio do interessado ou do 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais da Capital do Estado do último domicílio do casal.
- e) No livro E, sendo competente o 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca do domicílio do interessado ou do 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito Federal, sendo esse último, somente competente na falta de domicílio no Brasil.

12. A averbação direta no assento de casamento da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, bem como da decisão não judicial de divórcio, que pela lei brasileira tem natureza jurisdicional, deverá ser realizada perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais. Diante das normas constantes no Provimento 53/2016-CNJ é correto o que se afirma:

- a) A averbação da sentença estrangeira de divórcio consensual, que, além da dissolução do matrimônio, envolva disposição sobre guarda de filhos, alimentos e/ou partilha de bens não dependerá de prévia homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
- b) A averbação direta independe, em qualquer hipótese, de prévia homologação da sentença estrangeira pelo Superior Tribunal de Justiça e/ou de prévia manifestação de qualquer outra autoridade judicial brasileira.
- c) Para averbação direta, o interessado deverá apresentar, no Registro Civil de Pessoas Naturais junto ao assento de seu casamento, cópia integral da sentença estrangeira, bem como comprovação do trânsito em julgado.
- d) Havendo interesse em retomar o nome de solteiro, o interessado na averbação direta deverá demonstrar a existência de disposição expressa na sentença estrangeira, exceto quando a legislação estrangeira permitir a retomada, não existindo possibilidade do interessado comprovar, por documento do registro civil estrangeiro a alteração do nome.
- e) Serão arquivados pelo Oficial de Registro Civil de Pessoas Naturais, em meio físico ou mídia digital segura, os documentos apresentados para a averbação da sentença estrangeira de divórcio, com referência do arquivamento à margem do respectivo assento.

TABELIONATO DE NOTAS

Maria Fernanda Dalmaz

13. Giovana procurou o Tabelionato de Notas de sua cidade, Chapecó/SC, e perguntou sobre as custas e procedimentos para lavrar uma escritura pública de compra e venda, de um imóvel situado em Itajaí/SC. De acordo com as normas atinentes aos serviços notariais e registrais, como poderia corretamente o Tabelião de Notas de Chapecó orientar Giovana?

- a) Informar que no caso de escrituras públicas há uma tabela nacional, e portanto o mesmo valor seria pago em qualquer Tabelionato de Notas do Brasil.
- b) Informar que a escritura deverá necessariamente ser lavrada em Itajaí, local do imóvel.
- c) Informar que além dos emolumentos, Giovana deverá pagar outros valores, tais como selo e o Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ).
- d) Informar que somente o proprietário tabular do imóvel deve assinar a escritura como vendedor, não havendo possibilidade de outra pessoa o fazer.
- e) Informar que de acordo com o Provimento 100 do CNJ, que permite a lavratura de atos notariais de forma eletrônica, a escritura deverá ser – se optada pela forma online – necessariamente lavrada em um dos Tabelionatos de Notas de Itajaí ou de Balneário Camboriú/SC.

14. Gabriel solicita ao Tabelião de Notas de Brusque/SC o reconhecimento de firma – por autenticidade, ele pede – de sua falecida mãe, numa declaração particular de endereço que ela havia assinado poucos dias antes de morrer. Diante desta situação hipotética, analise as afirmativas, assinando a incorreta.

- a) O Tabelião de Brusque não poderá em hipótese alguma fazer o reconhecimento de firma por autenticidade, conforme solicitado.
- b) O Tabelião de Brusque não poderá realizar o reconhecimento de firma, ainda que por semelhança, uma vez que falecida a mãe de Gabriel.
- c) Se o Tabelião tiver a ficha padrão da mãe de Gabriel, poderá ser realizado o reconhecimento de firma por semelhança, sendo é claro, semelhante a assinatura.

d) Caso estivesse viva, a mãe de Gabriel deveria comparecer pessoalmente no Tabelionato de Notas para que fosse possível realizar o reconhecimento de firma por autenticidade, sendo dispensado, nesse caso, o preenchimento da ficha-padrão.

e) Na falta de declaração expressa quanto à espécie de reconhecimento, entender-se-á como realizado por semelhança.

15. Sobre as normas atinentes ao Tabelionatos de Notas, analise as assertivas e assinale a **CORRETA**.

- a) O inventário poderá ser realizado por escritura pública na via extrajudicial, salvo se existente o testamento caduco.
- b) O fornecimento de certidões ou informações de testamento a terceiros se dará com a autorização do testador.
- c) Não pode haver qualquer tipo de rasuras ou entrelinhas em testamento cerrado, sob pena de não ser aprovado pelo Tabelião.
- d) Cumpridas todas as disposições testamentárias em juízo, somente em juízo deve prosseguir o inventário.
- e) Na hipótese de reconhecimento de filho no testamento, o inventário deverá ser realizado na via judicial.

16. Mariana compareceu no Tabelionato de Notas de Lages/SC e solicitou a expedição de um ofício contendo os atos notariais ali lavrados, em que seu irmão, Francisco, atuou como outorgante vendedor de imóveis. Ela está preocupada com a dilaceração do patrimônio dele. Acerca da publicidade dos atos, assinale a alternativa **correta**:

- a) Mariana deve elaborar pedido escrito, em que justifique seu interesse, para obter certidões dos atos lavrados;
- b) Os atos notariais não são públicos, e portanto somente as partes que assinaram o ato, o Ministério Público e o Poder Judiciário podem ter acesso a eles;
- c) Ainda que Mariana não fosse irmã de Francisco e não tivesse qualquer interesse no ato, ela poderia solicitar uma certidão das escrituras lavradas, dada a publicidade dos atos notariais.

d) Os atos notariais são públicos, e portanto é dever do Tabelião mostrar as folhas do livro à Mariana, para sua conferência;

e) Os atos notariais são públicos, de modo que somente as partes interessadas, o Ministério Público ou o Poder Judiciário podem ter acesso a eles;

17. Joaquim e Maria Carolina foram casados durante 10 (dez) anos. Acabaram decidindo se separar, justamente no mesmo ano que a filha deles, Marina, completara 5 (cinco) anos. Procuraram um advogado para tratar dos trâmites legais, e como havia um consenso sobre os termos da separação, foram juntamente com o advogado no Tabelionato de Notas da confiança deles para resolver amigavelmente a situação, solicitando a lavratura de uma escritura pública. Sobre a situação narrada, marque a alternativa **correta**:

a) De acordo com a Resolução 35 do CNJ, o casal deve aguardar o período de 1 (um) ano de separação, para requerer o divórcio.

b) Marina conduz à impossibilidade de lavratura do divórcio administrativo, por ser menor e incapaz, em qualquer hipótese.

c) Devidamente comprovada a prévia resolução judicial de todas as questões referentes a guarda, visitação e alimentos de Marina, o divórcio pode ser realizado no Tabelionato de Notas.

d) Na dúvida quanto às questões de interesse de Marina, o Tabelião submeterá a questão à apreciação do Ministério Público.

e) O restabelecimento de sociedade conjugal pode ser feito por escritura pública, desde que a separação tenha sido realizada na via administrativa.

18. Helena descobre que está sendo atacada nas redes sociais, e quer produzir provas acerca desses fatos. Diante dessa situação, como ela poderia se socorrer nos Tabelionatos de Notas?

a) A ata notarial pode ser lavrada, com a menção, em seu corpo, de que os “posts” são inverídicos, difamatórios, repugnantes.

b) Helena pode escolher o Tabelião de Notas de sua preferência, de acordo com a Lei 8.935/1994, para

lavratura da ata notarial; porém, se optar pelo ato eletrônico, na forma do Provimento 100 do CNJ, a escolha não é livre na mesma medida.

c) A ata notarial se limita à narrativa objetiva dos fatos, não podendo no entanto conter imagens, pois os atos devem ser sempre lavrados em idioma nacional, nos caracteres comuns.

d) Poderá ser lavrada uma ata notarial, desde que a constatação seja realizada por meio do computador da serventia.

e) O caso não comporta ata notarial, devendo Helena ajuizar medida cautelar para produção de prova.

TABELIONATO DE PROTESTOS

Adriano Alvares

19. Aderbal apresentou nota promissória para protesto contra José. Após a qualificação e expedição de intimação pelo competente Tabelião de Protestos, José reputou injusta a apresentação do título de crédito, querendo no segundo dia do prazo para pagamento, requerer suas razões por escrito contra o protesto, fundamentando o descumprimento da obrigação. Diante deste contexto assinale a alternativa correta:

a) A medida terá respaldo, registrando-se a manifestação, que seguirá o instrumento de protesto ou a certidão, vedando-se o protesto de imediato.

b) O protesto será lavrado independente da manifestação do devedor, sem qualquer menção as suas razões, no prazo legal.

c) As razões não integrarão o instrumento ou a certidão, possibilitando o protesto imediato.

d) Com a manifestação do devedor por escrito, o protesto será possibilitado de imediato, integrando para todos os efeitos, as razões ao instrumento ou certidão do protesto, obrigatoriamente.

e) O devedor não tem direito de se manifestar na via administrativa, uma vez que o ato não é passível de insurgência.

20. Analise as assertivas sobre o registro de Protesto segundo as normas de serviço do TJSC:

I – quando o protesto for lavrado fora do prazo legal, o motivo do atraso deverá ser consignado pelo tabelião.

II – o instrumento de protesto poderá ser expedido numa segunda via, desde que requerido pelo apresentante e tal circunstância seja relatada no novo instrumento.

III – a ordem de sustação quando revogada, possibilitará a lavratura e o registro do protesto, que deverão ser efetivados até o primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da ordem de revogação; a menos que o ato dependa de consulta ao apresentante, hipótese em que o prazo será contado da data da resposta.

Aponte a alternativa correta:

- a) Somente uma alternativa.
- b) Nenhuma alternativa.
- c) Somente I e II.
- d) Somente II e III.
- e) Somente I e III.

21. Sobre os Emolumentos e o Código de Normas do TJSC, verifique as afirmações abaixo:

- () Para a intimação de devedores que se localizem no mesmo endereço, eventual valor adicional para o ato será indevido.
- () Os emolumentos poderão ser pagos, a critério do tabelião, por meio de cartão de débito, através de convênio com instituição de crédito.
- () Para a intimação do devedor, não haverá cobrança de emolumentos, desde que realizada em local distante até cinco quilômetros da sede da serventia.
- () O dia da prática do ato para o tabelionato de protestos, para efeitos de receita, deve ser o da lavratura do termo de cancelamento, o do acatamento do pedido de desistência e o do pagamento do título.

Aponte a sequência correta:

- a) F - F - F - F
- b) V - F - V - V
- c) F - V - V - V

d) V - F - F - F

e) F - V - V - F

REGISTRO DE IMÓVEIS

Débora Cavalcante

22. Acerca do registro de imóveis, assinale a alternativa correta:

- a) No registro de imóveis são feitos o registro e a averbação dos títulos ou atos constitutivos, declaratórios, translativos e extintivos de direitos pessoais sobre imóveis.
- b) A publicidade no Registro de Imóveis se dá de forma direta, tendo os interessados acesso aos Livros Registrais.
- c) No registro de imóveis, além da matrícula, serão feitos o registro e a averbação dos títulos ou atos constitutivos, declaratórios, translativos e extintivos de direitos reais sobre imóveis.
- d) No registro de imóveis, além da matrícula, serão feitos o registro e a averbação dos títulos ou atos constitutivos, declaratórios, translativos e extintivos de direitos pessoais e reais sobre imóveis.
- e) No registro de imóveis, a publicidade se dá de forma indireta, podendo a parte exigir acesso e manuseio direto dos livros da serventia.

23. Nos termos da Lei 6.015/73 e do Código de Normas do Estado de Santa Catarina, são atos de averbação:

- a) legitimação de posse e declaração de indisponibilidade de bens.
- b) cédulas hipotecárias e contrato de comodato.
- c) servidões em geral e declaração de indisponibilidade de bens.
- d) tombamento definitivo e o provisório e contrato de locação com cláusula de vigência.
- e) citações de ações reais ou pessoais reipersecutórias, relativas a imóveis e termos de responsabilidade de preservação de reserva legal.

24. No que diz respeito ao Registro Torrens, é incorreto afirmar que:

- a) O proprietário requer a inscrição do imóvel no Registro Torrens para obter direito incontestável, obtendo a presunção absoluta de propriedade.
- b) No que se refere ao procedimento da inscrição do Registro Torrens, em qualquer hipótese, será ouvido o órgão do Ministério Público, que poderá impugnar o registro por falta de prova completa do domínio ou preterição de outra formalidade legal.
- c) Da sentença que deferir, ou não, o pedido, cabe o recurso de apelação, com ambos os efeitos.
- d) O imóvel sujeito a hipoteca ou ônus real não será admitido a registro sem consentimento expresso do credor hipotecário ou da pessoa em favor de quem se tenha instituído o ônus.
- e) Se o oficial considerar irregular o pedido ou a documentação, poderá conceder o prazo de quinze (15) dias para que o interessado os regularize.

25. Serão registrados no Livro nº 3 - Registro Auxiliar, junto ao registro de imóveis:

- I. Os contratos de penhor rural.
 - II. A reserva legal.
 - III. A cédula crédito industrial, sem prejuízo do registro da hipoteca cedular.
 - IV. As incorporações, instituições e convenções de condomínio edilício;
- a) I, II e III
 - b) I e IV
 - c) II, III e IV
 - d) I e III
 - e) III e IV

26. Sobre as nulidades e o bloqueio da matrícula no Registro de Imóveis, é correto afirmar que:

- a) A nulidade poderá ser decretada com ou sem a ouvida dos atingidos.
- b) Da decretação da nulidade caberá somente o recurso da apelação.

c) O bloqueio da matrícula poderá ser decretado de ofício pelo juiz, a qualquer momento, com a oitiva das partes, quando entender que a superveniência de novos registros poderá causar danos de difícil reparação.

d) A decretação do bloqueio da matrícula impede que interessados promovam a prenotação de seus títulos.

e) Bloqueada a matrícula, o oficial não poderá mais nela praticar qualquer ato, salvo com autorização judicial.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS

Gustavo Arruda

27. No registro civil de pessoas jurídicas, são inscritos os atos constitutivos das sociedades simples, associações, fundações e partidos políticos.

- a) Em regra, apenas as pessoas jurídicas de direito público devem ter acesso à publicidade registral.
- b) Algumas pessoas jurídicas de direito público podem ser objeto de registro no RCPJ, quando sua criação não decorra diretamente da lei.
- c) As fundações públicas criadas diretamente por lei somente adquirem personalidade com o registro de seus atos constitutivos no RCPJ.
- d) As sociedades podem ter seus atos registrados no RCPJ, mesmo quando desenvolvam atividade empresarial, desde que de natureza científica, literária ou artística.
- e) No RCPJ o registro do ato constitutivo tem natureza declaratória, viabilizando a publicidade registral.

28. Sobre as pessoas jurídicas, marque a alternativa CORRETA:

- a) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, independente de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- b) Sempre obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, mesmo se exercidos além dos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
- c) A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, mas é estabelecido pela lei com a finalidade egoísta de evitar a responsabilidade de seus instituidores.
- d) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- e) Cassada a autorização para o funcionamento da pessoa jurídica, ela não subsiste para efeito de liquidação, nem para ulatimação de seus negócios conclua.

29. Sobre as associações, marque a alternativa CORRETA:

- a) A exclusão do associado só é admissível se houver deliberação de 2/3 da assembleia geral, reunida exclusivamente para esta finalidade.
- b) O associado somente poderá ser impedido de exercer direito ou função se houver deliberação de 2/3 da assembleia geral, mesmo em casos não previstos em lei ou no estatuto.
- c) Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido reverterá em benefício de seu instituidor.
- d) Não podem os associados, jamais, receber em restituição o remanescente do patrimônio líquido decorrente da dissolução da associação.
- e) A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que

assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto

30. Sobre o RTD, marque a alternativa correta:

- a) trata-se da serventia responsável por matricular jornais e demais publicações periódicas;
- b) no RTD não se fazem averbações à margem dos respectivos registros.
- c) Os registros de documentos apresentados depois de 20 dias da data de sua assinatura, produzirão efeitos a partir da data da apresentação.
- d) No RTD, os livros 1, 2, 3 e 4 terão 200 folhas cada.
- e) O registro de contratos de penhor, caução e parceria não depende de declaração do nome, profissão e domicílio do credor e do devedor, valor da dívida, juros, penas, vencimento e especificações dos objetos apenhados, pessoa em poder de quem ficam, espécie do título, condições do contrato, data e número de ordem

NORMAS ESTADUAIS

Tiago Zanolla

31. Em determinada Comarca do interior do Estado, a Seção local da Ordem dos Advogados do Brasil vem pleiteando a criação de mais uma Vara, diante do alto número de processos judiciais que tramitam naquela cidade.

Consoante dispõe o Código de Organização Judiciária do Estado, a instalação de unidade judicial depende de:

- a) resolução do Tribunal de Justiça, bem como que tenha a Comarca população mínima de 10.000.
- b) lei de iniciativa do Tribunal de Justiça, bem como que tenha a Comarca população de ao menos 10.000 habitantes, com colégio eleitoral não inferior a 5.000 eleitores, e que o volume de serviços forenses seja correspondente, no mínimo, à distribuição de duzentos feitos.
- c) lei de iniciativa do Poder Legislativo.
- d) benefícios de ordem funcional e operacional em relação aos custos da descentralização territorial da unidade judiciária.

e) lei da iniciativa do Governador do Estado.

32. A divisão judiciária compreende a criação, alteração e a extinção de unidades judiciárias, sua classificação e agrupamento, e, para fins de administração do Poder Judiciário, o território do Estado tem como unidades judiciárias:

I. Distritos.

II. Termos Judiciários.

III. Fóruns Regionais.

IV. Comarcas.

V. Comarcas Vinculadas

Está correto o anunciado em:

a) Itens I e II, apenas

b) itens III, IV e V, apenas

c) Itens I e IV, apenas.

d) Itens II e V, apenas

e) Itens II, III e IV, apenas

33. Com os olhos voltados à divisão territorial, para fins de administração da Justiça, pode-se afirmar que:

a) as comarcas sempre equivalem a um Município.

b) as comarcas sempre correspondem a um conjunto de Municípios.

c) cada Vara corresponde a uma comarca.

d) o distrito é todo município que não seja sede de Comarca

e) as comarcas são agrupadas em circunscrições judiciárias.

34. Marcos foi escolhido para ser Juiz de Paz na Comarca de Criciúma. Assinale a opção que não corresponde a um dos requisitos necessários a sua nomeação.

a) maioria civil

b) pleno exercício dos direitos políticos

c) escolaridade mínima equivalente a nível superior

d) nacionalidade brasileira

e) aptidão física e mental

35. As alternativas a seguir apresentam órgãos que compõe o Poder Judiciário do Estado do, à exceção de uma, assinale- a

a) Juízes de Direito.

b) Justiça Militar.

c) Tribunal de Justiça.

d) Juizados Especiais e Turmas de Recursos

e) Tribunal de Contas

36. Os serviços da Justiça de Paz são fiscalizados

a) Pelo Presidente do TJ

b) Pelo Juiz de Direito Corregedor do Foro Extrajudicial

c) Pela Corregedoria-Geral de Justiça e pela Direção do Foro.

d) Por um Desembargador nomeado pelo Presidente e outro pela Corregedoria.

e) Por um Tabelião.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

37. Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação da Lei nº 12.376/2010) é INCORRETO afirmar que:

a) quando o casamento for realizado no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.

b) quando a sucessão incidir sobre bens de estrangeiro residente, em vida, fora do Brasil, será aplicada a lei do país de domicílio do defunto, quando esta for mais favorável ao cônjuge e aos filhos brasileiros, mesmo que todos os bens estejam localizados no Brasil.

c) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

d) tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do último domicílio conjugal.

e) as correções a texto de lei já em vigor serão consideradas lei nova.

38. Mário sempre teve um espírito de independência e sonhava em conseguir sua independência financeira e montar uma família ainda jovem. Aos 16 anos, Mário conseguiu realizar seu sonho, casando-se com Maria. Com relação a essa situação e considerando as disposições legais sobre a emancipação, é correto afirmar que:

- a) caso Mário se divorcie de Maria ainda antes de completar 18 anos de idade, será restituída a sua situação de incapacidade relativa.
- b) a emancipação de Mário pode ser classificada como voluntária.
- c) caso a emancipação de Mário ocorresse pela concessão de seus pais mediante instrumento público, os seus efeitos ainda ficariam dependendo da homologação judicial.
- d) por ainda não ter 18 anos de idade completos, os pais de Mário responderão solidariamente pelos prejuízos que ele causar, mesmo que emancipado.
- e) a emancipação não poderia ocorrer da mesma forma caso Mário não tivesse 16 anos completos.

39. Em relação às fundações e à sua constituição, assinale a correta:

- a) a escritura pública é a única forma de criação da fundação.
- b) se os bens destinados à constituição da função não forem suficientes para esse fim, o instituidor deverá doá-los para alguma outra fundação com finalidade semelhante.
- c) a fiscalização das fundações cabe ao Ministério Público Federal.
- d) a alteração do seu estatuto depende da deliberação de dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação.
- e) quando encerrado o prazo de sua existência, a fundação automaticamente será extinta.

40. Dentre os bens pertencentes às pessoas físicas e jurídicas, há especial destaque para o bem de família em razão de suas peculiaridades e tratamento especial no processo judicial. Sobre o tema específico

e de acordo com a Lei nº 8.009/90 e a jurisprudência, é correto afirmar:

- a) para que seja caracterizado bem de família é essencial que haja uma família constituída, razão pela qual o referido conceito não abrange os bens das pessoas solteiras.
- b) são impenhoráveis os veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos.
- c) a vaga de garagem que possua matrícula própria no registro de imóveis não constitui bem de família para efeito de penhora.
- d) a impenhorabilidade é oponível à execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.
- e) a impenhorabilidade é oponível em caso de execução fiscal de imposto predial ou territorial em relação ao imóvel respectivo.

41. Assinale a alternativa que corretamente indicar uma causa de nulidade do negócio jurídico:

- a) quando celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- b) quando celebrado por deficiente físico.
- c) quando o motivo determinante de uma das partes for ilícito.
- d) quanto ao motivo determinante, apenas quando ele for ilícito e comum a ambas as partes.
- e) quando eivado de vício em razão de erro, dolo ou coação.

42. Fulano, filho de Beltrana e Ciclano e irmão de Celtrano, comprou um imóvel de seus pais por um preço considerado por ambos como razoável. Incomodado com a situação, Celtrano pretende anular a compra e venda realizada e ajuizar ação de indenização contra Fulano por danos morais, pois se sentiu enganado. Quanto a esses dois propósitos de Celtrano e desconsiderando a possibilidade (ou não) de procedência em seus pedidos, é correto afirmar que o prazo que correrá será:

- a) decadencial em ambas as situações.
- b) prescricional em ambas as situações.
- c) prescricional e decadencial, respectivamente.

- d) decadencial e prescricional, respectivamente.
- e) não correrá qualquer prazo, seja prescricional ou decadencial.

43. Quanto à transmissão de obrigações, é correto afirmar que:

- a) na assunção de dívida, se a substituição do devedor vier a ser anulada, restaura-se o débito, com todas as suas garantias em qualquer situação.
- b) na cessão de crédito, o cedente deverá responder pela solvência do devedor.
- c) o cessionário de crédito hipotecário tem o direito de fazer averbar a cessão no registro do imóvel.
- d) na assunção de dívida, o novo devedor poderá opor as exceções pessoais que competiam ao devedor antigo.
- e) na cessão por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu; o que não ocorre no caso das cessões por título gratuito.

44. São elementos necessários para a configuração da responsabilidade civil subjetiva:

- a) o dano, apenas.
- b) o nexo causal, a culpa e o ato ilícito.
- c) o fato jurídico, a ilicitude e o nexo de causalidade.
- d) o ato ilícito, o dano, o nexo de causalidade e a culpa.
- e) o dano e o nexo causal.

45. Beltrano é proprietário de um determinado imóvel que foi invadido por Juca, possuidor de má-fé. Durante o período em que ficou na posse do imóvel, Juca colheu todos os frutos que estavam disponíveis. Em relação a essa situação, é correto afirmar que:

- a) os frutos colhidos pertencem a Juca, que era o possuidor à época da colheita.
- b) Juca deverá devolver os frutos colhidos a Beltrano sem ser ressarcido por qualquer valor, já que era possuidor de má-fé.

c) Juca deverá devolver apenas os frutos colhidos com antecipação;

d) Juca deverá devolver os frutos a Beltrano, mas poderá cobrar o ressarcimento pelas despesas de produção e custeio.

e) Juca não poderá ser responsabilizado pelos frutos que deixou de perceber, ainda que tenha agido de forma culposa.

46. Sobre o testamento cerrado é INCORRETO afirmar que:

- a) poderá ser escrito em língua nacional ou estrangeira, pelo próprio testador, ou por outrem, a seu rogo.
- b) é uma modalidade de testamento vedada aos analfabetos.
- c) devido às suas peculiaridades, é modalidade de testamento vedada ao surdo-mudo.
- d) depois de aprovado e cerrado, será o testamento entregue ao testador, e o tabelião lançará, no seu livro, nota do lugar, dia, mês e ano em que o testamento foi aprovado e entregue.
- e) o auto de aprovação deverá necessariamente ser assinado pelas testemunhas, pelo tabelião e pelo testador.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

47. Assinale a alternativa correta.

- a) A assistência será admitida em qualquer procedimento, mas apenas até a prolação da sentença, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.
- b) Na hipótese de revelia do assistido, o assistente é considerado o seu gestor de negócios.
- c) Se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz suspenderá o processo e decidirá o incidente.
- d) Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente, este não poderá, em nenhuma hipótese, discutir a justiça da decisão em processo posterior.

e) Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.

48. Assinale a alternativa incorreta.

- a) O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.
- b) Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido de gratuidade poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.
- c) A assistência do requerente por advogado particular impede a concessão de gratuidade da justiça.
- d) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.
- e) O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.

49. Sobre a confissão, analise os itens a seguir:

- I. Há confissão, judicial ou extrajudicial, quando a parte admite a verdade de fato contrário ao seu interesse e favorável ao do adversário.
- II. De acordo com previsão expressa do CPC, no caso de litisconsórcio, a confissão judicial de um litisconsorte não prejudica os demais. Essa regra, contudo, só se aplica aos casos de litisconsórcio simples.
- III. Quando emanar de erro, dolo ou coação, pode ser revogada.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III
- b) III
- c) I e III
- d) I
- e) I e II

50. Sobre a audiência de conciliação e mediação, assinale a alternativa incorreta.

- a) Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 01 mês da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes.
- b) A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado.
- c) A audiência de conciliação ou de mediação pode realizar-se por meio eletrônico, nos termos da lei.
- d) A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.
- e) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

51. Sobre o direito probatório, marque a alternativa correta:

- a) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente, as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, e, após, o autor e o réu, que serão inquiridos.
- b) A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do autor.
- c) Determinada pelo Juízo, a recusa pela parte, e por terceiros, a exhibir documento ou coisa importará na admissão como verdadeiros os fatos que a outra parte pretendia provar.
- d) O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.
- e) O NCPC não previu o instituto da prova emprestada. Assim, a regulação desse instituto é delineada apenas pela jurisprudência.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

52. Em relação ao estabelecimento empresarial, é correto afirmar:

- a) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos dois anos subsequentes à transferência, aplicando-se tal proibição no caso de cessão, arrendamento ou usufruto do estabelecimento, pelo prazo de três anos.
- b) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de dois anos, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, ficando exonerado perante os devedores, em relação aos vincendos.
- c) Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.
- d) Independentemente de não restarem bens suficientes para solver o passivo do alienante, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso em 60 dias a partir de sua notificação.
- e) A transferência não importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, mesmo se não tiverem caráter pessoal, podendo os terceiros rescindir o contrato em trinta dias a contar da assinatura do instrumento.

53. Em relação à sociedade em conta de participação, dispõe o Código Civil:

- a) O contrato social produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade, passando o sócio participante a responder ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- b) A falência do sócio ostensivo ou participante acarreta a dissolução da sociedade e a liquidação da respectiva conta, cujo saldo constituirá crédito com privilégio geral.

c) Poderá o sócio ostensivo a qualquer tempo admitir novo sócio sem o consentimento expresso dos demais e, havendo mais de um sócio participante, as respectivas contas serão prestadas e julgadas no mesmo processo.

d) Aplica-se à sociedade em conta de participação, subsidiariamente e no que com ela for compatível, o disposto para a sociedade empresária, e a sua liquidação rege-se pelas normas relativas à gestão de negócios, na forma da legislação aplicável.

e) A contribuição do sócio participante constitui, com a do sócio ostensivo, patrimônio especial, objeto da conta de participação relativa aos negócios sociais.

54. Sobre as sociedades limitadas, é correto afirmar:

a) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de três quartos do capital social.

b) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado, sendo que a administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

c) É assegurado aos sócios majoritários, que representem pelo menos um quinto do capital social, o direito de eleger, separadamente, um dos membros do conselho fiscal e o respectivo suplente.

d) A contribuição para a integralização do capital social poderá ser em dinheiro, bens ou em prestação de serviços.

e) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem subsidiariamente pela integralização do capital social.

55. São órgãos obrigatórios em toda e qualquer sociedade anônima:

- a) a assembleia de acionistas e a diretoria.
- b) a assembleia de acionistas, o conselho de administração e a diretoria.
- c) a assembleia de acionistas, o conselho de administração, a diretoria e o conselho fiscal.
- d) a assembleia de acionistas, o conselho de administração e o conselho fiscal.
- e) o conselho de administração, o conselho fiscal e a diretoria.

56. À luz da Lei n.º 11.101/2005, que regulamenta a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e de sociedade empresária, é correto afirmar que

- a) a decretação da falência suspende o curso de todas as ações e execuções em face do devedor, incluídas aquelas que demandam quantia ilíquida.
- b) estão sujeitas à falência a empresa pública, a sociedade de economia mista e a instituição financeira pública ou privada.
- c) os créditos tributários, de acordo com a classificação legal dos créditos concursais na falência, têm preferência sobre os demais.
- d) devedor que exercer regularmente suas atividades há pelo menos um ano e não tiver obtido a concessão da recuperação judicial há menos de três anos poderá requerer o benefício.
- e) as microempresas e as empresas de pequeno porte poderão apresentar plano especial de recuperação judicial, desde que afirmem essa intenção no pedido inicial de recuperação judicial.

57. Uma sociedade empresária realizou pedido de recuperação judicial. O pedido foi processado e deferido pelo juízo competente, e, no mesmo ato, foram ordenadas algumas providências.

Nessa situação hipotética, no decorrer do processo de recuperação judicial, o magistrado poderá

- a) prorrogar, em situações excepcionais, o prazo de cento e oitenta dias previsto na lei que dispõe sobre

recuperação judicial caso o retardamento do feito não possa ser imputado ao devedor.

- b) ordenar a suspensão do curso da prescrição e das ações e execuções, que se estende até mesmo aos coobrigados do devedor.
- c) ordenar o cancelamento da negativação do nome do devedor em órgãos de proteção ao crédito e em tabelionatos de protestos, em razão do processamento do feito.
- d) extinguir o processo no caso de pedido de desistência do devedor, independentemente de aprovação desse pedido na assembleia geral de credores.
- e) dispensar a sociedade recuperanda da apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial.

58. Falência é o regime jurídico aplicável à empresa que esteja em dificuldade e sem potencialidade para a recuperação.

Com relação à disciplina legal da falência, assinale a alternativa correta.

- a) A Lei nº 11.101, de 2005, não se aplica à empresa pública, à sociedade de economia mista e ao empresário individual.
- b) Na falência, não são exigíveis do devedor as obrigações a título gratuito, nem as despesas dos credores para tomar parte na falência e as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.
- c) O proprietário de bem arrecadado no processo de falência ou que se encontre em poder do devedor na data da decretação da falência poderá pedir sua restituição.
- d) É necessária a intimação do Ministério Público nas modalidades de alienação dos ativos da massa falida que não envolvam a manifestação da assembleia de credores, sendo que a ausência de tal intimação acarreta nulidade.
- e) O prazo prescricional relativo às obrigações do falido recomeça a correr a partir da data da sentença do encerramento da falência.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

59. Margarida, observando que cumpria os requisitos estabelecidos em lei para aquisição de imóvel pelo Programa Minha Casa Minha Vida, constantes da faixa 2, dirigiu-se à incorporadora imobiliária para iniciar o procedimento de compra. Ao ler o contrato de adesão, observou a seguinte cláusula: “ITEM 5) ENTREGA DO IMÓVEL: 10/2020 (outubro de 2020) O(A) PROMITENTE COMPRADOR (A) declara ter conhecimento de que a data de entrega de chaves retro mencionada é estimativa e que poderá variar de acordo com a data de assinatura do contrato de financiamento junto à Caixa Econômica Federal. Prevalecerá como data de entrega de chaves, para quaisquer fins de direito, 24 (vinte e quatro) meses após a assinatura do referido contrato junto ao agente financeiro.” Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) Nos contratos de adesão, as cláusulas são aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, não podendo o consumidor discutir, mas somente modificar substancialmente seu conteúdo.
- b) Nos contratos de adesão, a inserção de cláusula no formulário desfigura a natureza de adesão do contrato.
- c) É válida a cláusula que autoriza o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração.
- d) O contrato deverá estabelecer, de forma clara, expressa e inteligível, o prazo certo para a entrega do imóvel, o qual não poderá estar vinculado à concessão do financiamento, ou a nenhum outro negócio jurídico, exceto o acréscimo do prazo de tolerância.
- e) É lícito cobrar do adquirente juros de obra ou outro encargo equivalente, após o prazo ajustado no contrato para a entrega das chaves da unidade autônoma, incluído o período de tolerância.

60. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, acerca dos bancos de dados e cadastros de consumidores, é correto afirmar:

- a) O consumidor terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de

consumo arquivados sobre ele, resguardadas suas respectivas fontes.

- b) Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.
- c) A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada verbalmente ou por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.
- d) Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a três anos.
- e) Todas as informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre o consumidor devem ser disponibilizadas em formatos acessíveis, inclusive para a pessoa com deficiência, independentemente de solicitação do consumidor.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

61. Janaína, aos 19 anos de idade, engravidou do namorado e, depois de muito refletir, decidiu que entregaria seu filho para adoção. Para amenizar o sofrimento, tem participado de reuniões e está passando por acompanhamento psicológico. Com base na situação narrada, assinale a alternativa correta:

- a) Janaína será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude obrigatoriamente após o nascimento com vida da criança.
- b) Considerando que Janaína já está sendo acompanhada por psicólogo, não há necessidade de sua oitiva por equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude.
- c) A busca à família extensa respeitará o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por igual período.

- d) Após o nascimento do bebê de Janaína, sua vontade deve ser manifestada em audiência, sendo garantido o sigilo sobre a entrega.
- e) Caso Janaína não compareça à audiência para confirmar a intenção de exercer o poder familiar, a autoridade judiciária determinará a perda de tal poder e a criança será colocada sob guarda provisória de quem esteja habilitado a adotá-la.

62. João e Ana são irmãos e têm, respectivamente, 13 e 11 anos de idade e estão prestes a serem adotados por um casal. Com base nas disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se afirmar que:

- a) João e Ana serão obrigatoriamente ouvidos por equipe interprofissional, respeitando-se seus estágios de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida.
- b) O consentimento de João deverá ser colhido em audiência e a opinião de Ana deverá ser devidamente considerada.
- c) João e Ana deverão ser colocados obrigatoriamente sob adoção da mesma família substitutiva para evitar o rompimento definitivo de seus vínculos fraternais.
- d) O consentimento de João e Ana deverá ser colhido em audiência.
- e) Se os irmãos forem provenientes de comunidade remanescente de quilombo é facultativa a sua colocação familiar ocorra prioritariamente no sei de sua comunidade.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

63. Assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com as normas do Código Penal:

- a) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- b) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

c) Considera-se praticado o crime no momento em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como quando se produziu o resultado.

d) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

e) A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis, dependendo de pedido da parte interessada.

64. Assinale a alternativa INCORRETA sobre os crimes contra a fé pública:

a) A falsificação de carimbo de tabelião não se enquadra no tipo penal de falsificação de selo ou sinal público, por não se tratar de material de uso controlado, conforme entendimento pacífico na jurisprudência.

b) Adulterar uma escritura firmada por tabelião configura falsificação material de documento público.

c) A falsificação de título ao portador configura o crime de falsificação de documento público, por expressa previsão legal.

d) O crime de falso reconhecimento de firma ou letra, conforme aponta a doutrina, é próprio, razão pela qual não se configura se um particular falsifica o reconhecimento da autenticidade de firma em documento.

e) Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem configura crime específico, e não o delito de falsidade ideológica do artigo 299 do Código Penal.

65. Julgue os itens a seguir:

I – João, de vinte anos de idade, convidou Sofia, rica empresária, para uma festa em uma casa noturna. Lá, adiciona uma substância na bebida da moça, conhecida como “Boa Noite, Cinderela” e, com isso, faz com que ela adormeça sobre o balcão de bebidas. Aproveita-se, então, e subtrai da sua bolsa uma grande quantia em dinheiro e deixa o local. João praticou o crime de furto mediante fraude.

II- Lauro tentou comprar uma ferramenta de trabalho utilizando-se de uma nota falsa. A falsidade foi percebida de imediato e, conforme perícia realizada, era grosseira. Deste modo, responderá pelo crime de estelionato, na modalidade tentada, sendo crime de competência da Justiça Comum Estadual.

III - Sófocles, de vinte anos de idade, chamou sua namorada para sua casa e, percebendo que seu filho estava dormindo, iniciou relações sexuais com a porta aberta. Seu filho, de 8 anos de idade, acordou com o barulho e, então, surpreendeu o casal no ato. Sófocles responde por satisfação da lascívia mediante presença de criança.

Neste caso, está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I.
- d) II.
- e) III.

66. Lázaro recebeu todo o seu salário do mês e sacou logo após o expediente. Guardou o dinheiro no bolso e, mais tarde, ao procurar o montante, não conseguiu encontrar. Em desespero, notou que não havia mais comida em casa. Foi, então, ao mercado local, e subtraiu alimentos suficientes para alimentar a família toda, com 5 filhos, o que levou a um montante considerável em valor subtraído, já que até o leite especial das crianças havia acabado. Um dia depois, estava limpando o seu quarto, quando percebeu que o dinheiro havia caído atrás da sua poltrona.

Assinale a alternativa correta sobre o que pode ser alegado em sua defesa:

- a) Lázaro agiu em erro de proibição, devendo ter a pena diminuída de um sexto a um terço.
- b) Lázaro agiu em erro de proibição indireto, só podendo responder por culpa, de modo que não será responsabilizado, dada a inexistência do tipo culposo do furto.
- c) Lázaro agiu em erro de tipo essencial, devendo responder por culpa, no caso de o juiz considerar que o erro era evitável.
- d) Lázaro agiu em erro de tipo permissivo, só podendo responder por culpa, de modo que não será responsabilizado, dada a inexistência do tipo culposo do furto.
- e) Lázaro agiu em aberratio criminis, por ter praticado estelionato no final das contas.

67. Assinale a alternativa que não representa um entendimento consolidado do STJ:

- a) A sentença condenatória interrompe a prescrição quando da entrega dos autos ao escrivão.
- b) O prazo prescricional da pretensão executória começa a correr com o trânsito em julgado para a acusação.
- c) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.
- d) O indulto extingue os efeitos primários (pretensão executória) e secundários da condenação, mas não atinge os efeitos extrapenais.
- e) A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

68. O juiz é impedido de exercer jurisdição no processo:

- a) em que tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como autoridade policial.
- b) se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes.
- c) se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- d) se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles.
- e) em que tiver funcionado como juiz de outra instância, ainda que não tenha se pronunciado sobre a questão.

69. Analise as afirmativas a seguir:

- I - Em razão do princípio do prejuízo, não se declara nulidade por ausência de citação ou de defesa, em processo no qual o réu foi absolvido.
- II - É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, ainda que exista recurso de ofício.
- III - É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.

Assinale

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

70. A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) o indiciado deverá ser identificado civil e criminalmente, por meio de processo datiloscópico e fotográfico.
- b) nos crimes de ação pública, o inquérito poderá ser iniciado a requerimento do ofendido.
- c) o inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado, desde que a falta seja suprida até o oferecimento da denúncia.
- d) o inquérito policial deverá terminar no prazo de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente.
- e) o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, cuja realização não poderá ser negada pela autoridade policial.

71. No tocante à ação penal, assinale a alternativa correta.

- a) a representação será retratável até o oferecimento da denúncia.
- b) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público, neste caso, apenas o acompanhamento do processo.
- c) o direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes gerais, mediante declaração, escrita ou oral.
- d) concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer se o aceita, devendo, ao mesmo tempo, ser cientificado de que o seu silêncio importará recusa.
- e) a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, não se estenderá aos demais.

72. Em relação aos Juizados Especiais Criminais, analise as afirmativas a seguir:

I - O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

II - A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

III - Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

Assinale

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

73. Considere as normas da Constituição Federal sobre a liberdade de associação profissional ou sindical e assinale a alternativa correta.

- a) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é facultativa.
- b) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, embora deva ser feito o registro no órgão competente, sendo ainda vedado ao Poder Público a intervenção na organização sindical.
- c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, mas apenas em questões judiciais.
- d) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que corresponderá à área de um Município.

e) A assembleia geral fixará a contribuição para custeio do sistema confederativo da representação sindical, que será descontada em folha de todos os trabalhadores, independentemente da condição de sindicalizado.

74. A respeito do direito de nacionalidade e dos direitos políticos, segundo disposto na Constituição Federal e na doutrina, aponte a alternativa incorreta.

- a) É juridicamente possível ter num Estado mais do que uma nação.
- b) A pessoa que não é considerada nacional por nenhum Estado é chamada de apátrida.
- c) Nem todo brasileiro é cidadão.
- d) Nacionalidade é um vínculo jurídico-político que une um indivíduo a um Estado, para integrá-lo ao povo.
- e) Para exercer direitos políticos passivos, basta exercer direitos políticos ativos e estar filiado a um partido político.

75. A respeito da repartição de competência legislativa, aponte a alternativa em que consta o assunto sobre o qual os Estados só poderão legislar sobre partes específicas e se houver lei complementar federal que autorize.

- a) naturalização.
- b) orçamento.
- c) juntas comerciais.
- d) ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- e) proteção à infância e à juventude.

76. A respeito do Distrito Federal e dos Territórios, indique a assertiva correta.

- a) O Distrito Federal, assim como se aplica aos Territórios, não pode ser dividido em Municípios.
- b) O Distrito Federal é um ente federativo híbrido, capaz de exercer competências legislativas estaduais e municipais.
- c) O Distrito Federal se organiza por meio de lei orgânica votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, sendo aprovada por dois terços da Câmara Legislativa e promulgada pelo Governador, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição.
- d) As contas do Governo do Território serão submetidas ao Senado Federal, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.
- e) Nos Territórios Federais, além do Governador nomeado pelo Presidente da República, após aprovação do Senado, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.

77. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre:

- a) iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares.
- b) subsídio para os Deputados Federais e os Senadores.
- c) autorização de operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- d) a mudança temporária da sede do Legislativo.
- e) concessão de anistia.

78. O Município de Florianópolis, por lei de iniciativa parlamentar, ampliou o número de beneficiários de isenção de IPTU. O prefeito, inconformado, pretende levar a matéria ao conhecimento do Poder Judiciário, porque a seu ver, a lei é formalmente inconstitucional, uma vez que matéria tributária é assunto de iniciativa privativa do Chefe do Executivo. A respeito do caso hipotético, indique a única assertiva correta.

- a) O prefeito de Florianópolis tem razão, porque a Constituição Federal reservou ao Chefe do Executivo a iniciativa de leis que tratam de matéria tributária.

b) Não assiste razão ao prefeito, porque matéria tributária só é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo no âmbito federal.

c) O prefeito está equivocado, uma vez que matéria tributária é de iniciativa concorrente, de forma que o projeto de lei pode ser apresentado tanto pelo prefeito quanto pelos parlamentares.

d) Para questionar a inconstitucionalidade, o prefeito deveria ter vetado o projeto de lei, pois a sanção convalidou o vício de iniciativa.

e) A lei municipal é inconstitucional, mas não pela razão apresentada pelo prefeito e sim porque norma geral em matéria tributária é assunto da competência da União.

79. A respeito das finanças públicas, conforme disposto na Constituição Federal, indique a alternativa incorreta.

a) A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central.

b) O Banco Central não pode conceder empréstimo a entidade que não seja instituição financeira.

c) As disponibilidades de caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão depositadas no Banco Central.

d) O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional.

e) Emissão e resgate de títulos da dívida pública são assuntos disciplinados por lei complementar.

80. A respeito das ações do controle objetivo de constitucionalidade, aponte a assertiva incorreta.

- a) A ação direta de inconstitucionalidade, a ação declaratória de constitucionalidade e a arguição de descumprimento de preceito fundamental têm os mesmos legitimados ativos.
- b) Uma vez proposta ação direta de inconstitucionalidade, não se admitirá desistência.
- c) Não cabe rescisória de decisão proferida em arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) Assim como se aplica ao Procurador-Geral da República, a participação do Advogado-Geral da União é obrigatória em todas as ações do controle objetivo de constitucionalidade.
- e) Na ação direta de inconstitucionalidade, não se admite a intervenção de terceiros, exceto na condição especial de amicus curiae.

81. Quanto à eficácia das normas constitucionais, conforme posicionamento de José Afonso da Silva e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva correta.

- a) O direito de greve do servidor público inculcado no artigo 37, VII, da Constituição Federal, é norma constitucional e eficácia limitada.
- b) A norma constitucional que preceitua o dever do Estado com educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade é de eficácia limitada de princípio programático.
- c) O inciso XXII do artigo 5º da CF/88 estabelece que “é garantido o direito de propriedade.” Essa norma constitucional é classificada como de eficácia plena.
- d) Para o reconhecimento de normas constitucionais de eficácia limitada, é suficiente encontrar no texto constitucional reserva legal.
- e) A norma constitucional de eficácia contida é aquela que depende da produção de leis infraconstitucionais para que possa produzir os seus efeitos.

82. Conforme disposto na Constituição Federal, são princípios da ordem econômica, exceto:

- a) soberania nacional.
- b) desenvolvimento nacional.
- c) livre concorrência.
- d) redução das desigualdades regionais e sociais.
- e) busca do pleno emprego.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Wagner Damazio

83. Após uma forte enchente no município de Blumenau, o Prefeito declarou estado de calamidade pública devido aos grandes estragos provocados pela chuva. Prontamente, o Executivo Municipal providenciou a compra direta, com dispensa de licitação, de 2.000 cestas básicas, que serão distribuídas às famílias desalojadas. A conduta do Prefeito de Blumenau está:

- a) De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, porque independentemente da urgência, a compra de gêneros alimentícios pode ocorrer sempre com dispensa de licitação, observado o preço de mercado.
- b) Em desacordo com a Lei Federal nº 8.666/93, porque o princípio da continuidade do serviço público exige o planejamento para as compras públicas, não sendo possível a dispensa de licitação no caso em tela;
- c) Em desacordo com a Lei Federal nº 8.666/93, porque para atender a urgência do caso somente seria permitida a utilização da modalidade licitatória do convite, que é mais célere;
- d) Em desacordo com a Lei Federal nº 8.666/93, porque a urgência no caso em tela ensejaria inexigibilidade de licitação;
- e) De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, porque existe expressa previsão legal que autoriza a dispensa de licitação em situações como a narrada no enunciado.

84. A Secretária Estadual de Educação de Santa Catarina necessita adquirir móveis de escritório para uma nova instalação, no valor total de R\$ 350.000,00. Para viabilizar essa compra, cabe a realização de:

- a) Concorrência, em função do valor de avaliação dos bens superar o limite admitido para utilização do leilão ou do pregão.
- b) Pregão, por se tratar de bens de natureza comum, passíveis de serem objetivamente descritos, o que possibilitará ampla participação e disputa.
- c) Concorrência, convite ou tomada de preços, em razão dos valores envolvidos, modalidades que permitem maior participação de licitantes.
- d) Dispensa de licitação em razão do valor da compra.
- e) Pregão, obrigatoriamente para registro de preços, tendo em vista que o fracionamento das aquisições permite a obtenção de melhores preços.

85. Após diversas denúncias recebidas a respeito de aglomerações e da falta do uso de máscaras pelos frequentadores de um bar em Florianópolis, a vigilância sanitária constatou que o referido estabelecimento já havia recebido multa pelo mesmo motivo. Por tal razão, a autoridade sanitária resolveu interditar o bar. A respeito dessa situação:

- a) A vigilância sanitária, na sua manifestação de poder de polícia, agiu de forma abusiva, pois não houve a instauração de regular processo administrativo.
- b) A vigilância sanitária, na sua manifestação de poder de polícia, agiu de acordo com os preceitos legais que fundamentam a sua atividade.
- c) A vigilância sanitária, na sua manifestação de poder disciplinar, tem o dever de impor sanções a quem desrespeita as normas legais.
- d) A vigilância sanitária, na sua manifestação disciplinar-normativa, expediu um ato geral e abstrato para limitar ou disciplinar direitos, interesses ou a liberdade dos administrados, em razão de interesse público concernente à segurança e à higiene.
- e) A vigilância sanitária, na sua manifestação de poder hierárquico, possui a prerrogativa de impor restrições aos administrados.

86. O superintendente de uma autarquia municipal da área da saúde exonerou 4 enfermeiros, em estágio probatório, sob a justificativa de questões orçamentárias e por excesso de gastos com pessoal. Se após essas exonerações a autarquia nomear outros funcionários para os mesmos cargos, dentro de um curto intervalo de tempo, incorrerá em:

- a) Vício de finalidade, insanável, tornando o ato ilegal.
- b) Vício quanto ao motivo, insanável, tornando o ato ilegal.
- c) Vício de competência, sanável, tornando o ato legal.
- d) Vício de objeto, insanável, tornando o ato ilegal.
- e) Vício de forma, sanável, tornando o ato legal.

87. João, servidor efetivo de determinado município, participou da comissão organizadora do concurso público para provimento de cargos desse município. Na intenção de ajudar seu irmão, João disponibilizou informações sigilosas referentes à prova ao seu irmão. O irmão de João foi aprovado no certame e, após a homologação do concurso, a ilegalidade foi descoberta. Sobre esse caso, tem-se que a conduta de João:

- a) não pode ser enquadrada como ato de improbidade administrativa, tendo em vista que João não se beneficiou financeiramente com tal conduta, condição que não permite seu enquadramento como sujeito ativo.
- b) pode ser enquadrada como ato de improbidade, desde que fique comprovado dolo por parte de João e que seja apurado efetivo prejuízo ao erário público.
- c) pode ser enquadrada como ato de improbidade, independentemente do recebimento de vantagem financeira, tendo em vista que sua conduta atentou contra princípios da Administração pública.
- d) não pode ser enquadrada como ato de improbidade administrativa, pois a conduta de João é absorvida pelo crime de divulgação de conteúdo sigiloso de concurso público previsto no Código Penal.
- e) pode ser enquadrada como ato de improbidade administrativa, desde que fique comprovado a conduta culposa por parte de João.

88. O Ministério Público do Estado de Santa Catarina apresentou, em seu último relatório de gestão fiscal divulgado, que despendeu 1,82% da receita corrente líquida do Estado em despesas com pessoal. À luz da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a alternativa que melhor corresponda ao caso:

- a) O Tribunal de Contas do Estado deverá alertar o parquet quanto aos seus gastos com pessoal, fato que não virá acompanhado de medidas restritivas para a contenção das referidas despesas.
- b) As despesas com pessoal do órgão estão dentro do limite prudencial, sendo-lhe vedado alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
- c) O órgão ministerial terá dois quadrimestres para reduzir sua despesa com pessoal, tendo em vista que ela excedeu os limites previstos na Lei Complementar nº 101/00.
- d) Devem ser exonerados os servidores públicos não estáveis, em respeito ao que reza a Constituição Federal sobre o assunto.
- e) O Ministério Público, por ser independente e autônomo, não possui limite de gastos com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

89. Sobre o Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.527/07), julgue como Verdadeira ou Falsa cada afirmação abaixo para, na sequência, assinalar a alternativa correta:

- () O conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo município, mas com a participação de proprietários, moradores e investidores privados, que objetivam realizar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental corresponde ao conceito de operação urbana consorciada.
- () O direito de construir não pode, em hipótese alguma, ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado pelo município.
- () A elaboração de estudo prévio de impacto é um instrumento necessário apenas no que diz respeito às questões ambientais, não existindo previsão desse instrumento na legislação urbanística.

() O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes e sua revisão deve se dar, pelo menos, a cada 10 anos.

() O Estatuto das Cidades tipifica alguns atos de improbidade administrativa que podem ser praticados pelo Prefeito Municipal.

a) V – F – V – F – V.

b) F – F – V – V – F.

c) V – F – F – V – V.

d) V – V – F – F – F.

e) F – V – V – F – V.

90. Assinale a alternativa correta quanto ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Santa Catarina (Lei Estadual nº 6.745/1985):

a) O prazo para posse de pessoa nomeada para o exercício de cargo público é de 20 (vinte) dias, prorrogáveis.

b) O tempo de serviço público prestado à União, Estados, Municípios e Distrito Federal é contado apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

c) A estabilidade adquirida pelo servidor diz respeito ao cargo, e não ao serviço público.

d) O limite máximo de idade para provimento não se aplica ao servidor público estadual.

e) Ao servidor estável ocupante de cargo efetivo pode ser concedida licença para tratamento de interesses particulares pelo prazo de até 2 anos, sem renovação possível.

91. A Lei Federal nº 6.766/79 dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. Sobre ela, assinale a alternativa correta:

- a) O parcelamento do solo regido pela lei federal não admite a incidência de normas locais ou regionais sobre o assunto.
- b) Uma vez aprovado o projeto de loteamento, o loteador responsável deve registrá-lo dentro de 180 dias, sob pena de caducidade da aprovação.
- c) Como regra geral, os lotes devem ter área mínima de 125 metros quadrados e frente mínima de 6 metros.
- d) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- e) A conduta de efetuar loteamento ou desmembramento do solo sem autorização do órgão público consiste em infração administrativa punível com multa.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

92. Um município notificou determinada instituição educacional, com fins lucrativos, a pagar IPTU referente a fato gerador ocorrido em 2018, em razão da propriedade de um terreno localizado no centro da cidade, o qual é utilizado como estacionamento pago. O fisco municipal cobrou da entidade, além dos juros e correção monetária, multa moratória no percentual de 20% sobre o valor principal. Em 2019, foi publicada a Lei Municipal 12.000/2019, que reduziu a multa moratória para 10% sobre o valor do débito. Na época da edição da nova lei, o processo administrativo fiscal ainda tramitava, porque a instituição recorreu da decisão que manteve o Auto de Infração. Com base nas informações acima e na legislação vigente, é correto afirmar que:

- a) Aplica-se ao caso uma hipótese de imunidade tributária, razão pela qual inexistente relação jurídica que obrigue a entidade educacional a pagar os valores cobrados pela municipalidade.

b) É vedada a cobrança dos juros e da multa de 20% cumulativamente, pela ocorrência do bis in idem.

c) A entidade educacional deverá pagar o valor principal acrescido de correção monetária, juros moratórios e da multa de 20%, prevista na legislação vigente à época do fato gerador.

d) A entidade educacional deverá pagar o valor principal acrescido de correção monetária, juros moratórios e da multa de 10%, prevista na Lei Municipal 12.000/2019.

e) A entidade educacional deve pagar o valor da obrigação principal acrescido de multa no percentual de 10%, sendo ilegal a exigência de juros moratórios.

93. O Estado X instituiu uma taxa para o custeio do serviço de saúde, em razão da pandemia causada pela COVID-19. A Lei foi publicada em 05/04/2020, com previsão para que produzisse seus efeitos a partir de 90 dias após a sua publicação. Segundo o artigo 1º da Lei, as pessoas jurídicas devem contribuir com um percentual de 0,2% sobre a sua receita bruta. As pessoas físicas, por seu turno, devem pagar o valor fixo de R\$ 10,00, que é cobrado junto com a fatura de energia elétrica. Diante desse contexto, assinale a alternativa correta:

a) A taxa é constitucional, porém há a necessidade de observância do princípio da anterioridade anual. Assim, o fisco somente poderá cobrá-la a partir de 01/01/2021.

b) A taxa é constitucional, e pode ser cobrada a partir de 90 dias após a sua publicação. Não se aplica o princípio da anterioridade anual em razão do estado de calamidade pública causado pela COVID-19.

c) A lei é totalmente inconstitucional.

d) É inconstitucional somente a taxa instituída com relação às pessoas jurídicas, porque elas não são beneficiárias dos serviços hospitalares.

e) É inconstitucional somente a taxa instituída com relação às pessoas físicas.

94. De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) É inconstitucional a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, no que estabeleceu a possibilidade de previsão legal de alíquotas progressivas para o IPTU de acordo com o valor do imóvel.
- b) É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
- c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.
- d) Incide o IPTU, considerado imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado, devedora do tributo.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

95. Sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) A expressão "legislação tributária" compreende apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais, bem como as demais fontes primárias.
- b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros. Os fatos geradores pendentes são regulados pela lei pretérita, se mais benéfica ao sujeito passivo.
- c) A lei interpretativa pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.
- d) A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, desde que ele não tenha sido definitivamente julgado.
- e) O Decreto do Presidente da República é fonte formal primária.

96. João faleceu em sua cidade natal, localizada em Balneário Camboriú/SC, e deixou como herdeiros Maria e José. O inventário foi aberto naquele município, tendo sido apurado que o de cujos possuía os seguintes bens: i) um imóvel localizado em Balneário Camboriú/SC; ii) um imóvel localizado na Bahia; iii) veículos localizados na Bahia. A quantia total do patrimônio de João totalizou R\$ 3.000.000,00. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) O ITCMD deve ser recolhido para o Estado de Santa Catarina com relação a todos os bens, porque o inventário tramita em Balneário Camboriú/SC.
- b) O ITCMD deve ser recolhido para o Estado da Bahia com relação a todos os bens, porque a maior parte deles se encontra localizado naquele território.
- c) O ITCMD do bem imóvel localizado em Balneário Camboriú deve ser recolhido para o Estado de Santa Catarina.
- d) De acordo com a Lei 13.136/2004, do Estado de Santa Catarina, o tributo deve ser pago à vista.
- e) É inconstitucional a progressividade de alíquotas do ITCMD.

CONHECIMENTOS GERAIS

Leandro Signori

97. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um elemento em comum existente no processo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e da guerra comercial entre Estados Unidos e China

- a) Neoliberalismo.
- b) Xenofobia.
- c) Protecionismo.
- d) Multilateralismo.
- e) Separatismo.

98. A respeito de fatos recentes relacionados à Venezuela, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O Grupo de Lima reúne mais de uma dezena de países americanos e tem como objetivo encontrar uma solução para a crise institucional e humanitária na Venezuela.
- b) Após vencer as últimas eleições presidenciais, Nicolás Maduro tomou posse para o seu segundo mandato como presidente da Venezuela, mesmo sem o reconhecimento da legitimidade do pleito pela Assembleia Nacional.
- c) Em meio à pandemia de coronavírus, que diminuiu consideravelmente os fluxos comerciais do mundo, a Venezuela sofre de uma grave escassez de gasolina, tendo recorrido ao Irã para o abastecimento do país.
- d) Os Estados Unidos indiciaram Nicolás Maduro por tráfico de drogas e ofereceram uma grande recompensa por informações que levem à captura do líder chavista.
- e) A Operação Gedeón foi um episódio de insurreição armada do povo venezuelano com apoio estadunidense contra o presidente Nicolás Maduro, buscando depô-lo do poder.

99. “A segurança pública é um tema que, de forma praticamente diária, está em pauta na imprensa do Brasil. A sensação de insegurança, somada ao medo, está presente na vida de grande parte da sociedade civil brasileira, principalmente nos grandes centros urbanos. Assim como o acesso à saúde, à educação e à moradia, a garantia de ir e vir com segurança é um direito fundamental previsto pela Constituição Federal de 1988, sendo dever do Estado assegurá-lo.”

(Disponível em: <https://www.politize.com.br>. Acesso em 14/07/2020)

Sobre o tema da violência e da segurança pública no Brasil, são feitas as seguintes afirmações:

I - Um dos indicadores mais utilizados para compreender a violência são os homicídios, ou mortes violentas causados de forma intencional. Levando somente esse quesito em consideração, o Brasil é um dos países mais violentos do mundo.

II - As estatísticas mostram que o perfil majoritário dos que cometem crimes de homicídios e dos que são

vítimas de homicídios no país são bastante semelhantes.

III - O uso excessivo da força por parte da polícia é outro indicativo marcante da insegurança que assola o país. Comparativamente, as polícias do Rio de Janeiro matam em média mais do que toda a polícia norte-americana.

IV - Relatórios sobre a violência no Brasil divulgados nos últimos anos têm demonstrado uma interiorização dos homicídios, das grandes regiões metropolitanas e conglomerados urbanos para capitais menores e, destas, para cidades do interior.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, III e IV.
- e) Todos estão corretos.

100. A Revolução Industrial propiciou uma melhoria na vida das pessoas, mas elevou as emissões dos gases do efeito estufa, à medida que os combustíveis fósseis, como o carvão, passaram a ser intensamente utilizados. Com base em seus conhecimentos sobre a mudança do clima, assinale a alternativa incorreta.

- a) Além do gás carbônico, vários outros gases do efeito estufa contribuem para as mudanças climáticas, como o metano, o óxido nitroso e os clorofluorcarbonetos (CFCs)
- b) Historicamente, os países industrializados que dependem dos combustíveis fósseis são os responsáveis pela maior concentração de gás carbônico e os maiores emissores deste gás na atmosfera.
- c) As emissões dos gases de efeito estufa por queima de combustíveis fósseis são a principal causa da mudança do clima.
- d) Considerando o histórico de emissões de gases do efeito estufa, a União Europeia é a principal emissora de CO₂ na atmosfera, em grande parte devido ao fato de ter sido a primeira região do mundo a se industrializar.

- e) O comércio internacional, as viagens e a maior dependência dos veículos motorizados fazem dos meios de transporte uma das principais fontes de emissão de gases de efeito estufa.



Estratégia
Carreira Jurídica

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-08-08>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>